

Ocupações de terra: mudanças e perspectivas

Nallígia Tavares de Oliveira

Pesquisadora do NERA

Licenciada em Geografia pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” -
Campus de Presidente Prudente

E-mail: nalligiatavares@rocketmail.com

Apresentação

O entrevistado, Valmir Ulisses Sebastião, é estudante do quinto ano do curso especial de Geografia – CEGEO - da FCT/UNESP - Campus Presidente Prudente. Também é dirigente estadual da “Frente de Massa” e militante do MST- Movimento dos Trabalhadores Sem Terra. Nesta entrevista, Valmir compartilha as mudanças e as perspectivas da luta pela terra através das ocupações de terra.

Entrevista

NALLÍGIA: Valmir, qual o histórico da sua participação no movimento? Como você começou a participar da militância no MST?

VALMIR: Comecei a participar do movimento em 1996/1997 através de um grupo de jovens de uma igreja que eu fazia parte em Teodoro Sampaio. Foi quando comecei a visitar alguns acampamentos, gostei e acabei indo morar em um deles em busca de um pedaço de terra como primeiro objetivo. Ter um pedaço de terra era um sonho, já que na época eu estava desempregado e meus pais já haviam perdido nossas terras há cerca de uns 8/10 anos para o Banco do Brasil. Essa era a nossa forma de reivindicar o que havíamos perdido, mas de uma forma diferente, pela conquista, na luta pela terra na região do Pontal.

NALLÍGIA: E em que ano especificamente você começou a participar?

VALMIR: Em 1996. Foi na fazenda Santa Rita, no município de Mirante do Paranapanema - SP.

NALLÍGIA: Você poderia definir qual é o conceito de ocupação de terra para você?

VALMIR: Ocupação de terra, para mim, é um dos principais pilares que o movimento tem para reivindicar a posse da terra, porque é ali que é discutida a questão das pressões e o poder de negociar com o Estado. É também na ocupação que se abre caminho no sentido de esclarecer, inclusive para a sociedade, a questão das terras públicas no Pontal do Paranapanema. Então, a ocupação é muito mais que só uma ocupação, é um fator que marca toda trajetória de uma história construída aqui na região do Pontal. A ocupação vem questionar a forma de posse da terra nessa região.

NALLÍGIA: Com toda essa experiência na participação - não só em ocupações, mas nas atividades do movimento -, como você ajuda a motivar os novos militantes que chegam nos acampamentos e que não têm tanto conhecimento a participar dessas ocupações? Porque, na verdade, não é fácil e também não são todas as pessoas que têm a coragem de fazer ocupação devido aos riscos que acontecem nestas ações - a pressão e a violência que nós sabemos que acontece por parte da polícia e dos fazendeiros. Como você ajuda a mobilizar essas pessoas para as ocupações?

VALMIR: Veja bem, eu tenho um papel na direção estadual do MST, que é ajudar a coordenar a “frente de massa”, que é como chamamos no estado de São Paulo. A militância vai para a “frente de massa” motivada por um valor específico: a mudança social, a transformação no meio, inclusive das famílias que vão para os acampamentos. Um dos nossos objetivos é ajudar a preparar essas discussões, não só com a militância, mas também com as famílias que estão no acampamento, aqueles que estão debaixo da lona preta. A idéia é transmitir os valores que eles possuem e das disponibilidades que o movimento possui para ajudar na construção de uma nova sociedade. Nessas discussões também temos como objetivo dizer que não é nenhum dirigente do movimento ou entidade - seja ela qual for - que irá levar essas pessoas ao acesso da terra.

NALLÍGIA: Então seria a própria conscientização política da pessoa?

VALMIR: Isso é o que as leva a conquistar sua própria terra, porque na verdade elas não estão só conquistando um pedaço de terra, mas conquistando a dignidade tomada. Esse é o objetivo que temos com a militância.

NALLÍGIA: Você poderia explicar o que é “frente de massa”?

VALMIR: Dentro do movimento chamamos “frente de massa” de “FM”. Ela é responsável por organizar as famílias nos acampamentos e também no trabalho de bases nas periferias das cidades. São grupos de militantes que trabalham nas cidades. Colocamos esse nome no decorrer da sua história, porque é uma frente de militância que vai ao encontro das famílias, das “massas”. É daí que temos o nome “frente de massa”.

NALLÍGIA: Você já sofreu algum tipo de violência em ocupações de terra? Você poderia contar um episódio ou até mesmo de companheiros que sofreram violência por parte da polícia, fazendeiros ou pistoleiros?

VAMIR: Não foi comigo, mas eu estava próximo, e como fazemos parte de uma mesma organização, sentimos quando um amigo é atingido.

NALLÍGIA: Afeta um, afeta todos...

VALMIR: Sim, como por exemplo, na fazenda São Domingos, em Sandovalina – SP. Acho que essa foi uma das questões que mais me marcaram, porque eu estava próximo das pessoas que foram baleadas, como a Mírian, que também é dirigente do Movimento, e também das outras pessoas que foram atingidas. Isso foi em 1998, quando tive oito companheiros baleados nesta propriedade.

NALLÍGIA: Por fazendeiros, jagunços...

VALMIR: Por pistoleiros... E mais tarde, por volta de 2003, também no município de Sandovalina, na fazenda Santa Fé, o barraco que eu estava foi atingido por umas trinta e cinco balas de carabina de um fazendeiro e de um pistoleiro. “Graças” não aconteceu nada e ninguém saiu ferido, mas é uma forma de violência brutal dos fazendeiros. Nenhuma dessas pessoas foi presa - foram presas apenas na hora –, sendo depois soltas por falta de provas.

NALLÍGIA: Nesses anos de experiência em ocupações, você acredita que hoje as ocupações estão tomando um rumo mais passivo, isto é, que não estão ocorrendo tantas agressões como antigamente? Você acha que hoje existe mais tolerância?

VALMIR: Não, eu acho que não, porque o que mudou foi a forma da ocupação em si. As leis impedem que você faça o trabalho de base na cidade e na ocupação. Elas impedem, como colocado por alguns, essa “onda”. Digamos que anteriormente, a idéia de agressividade das

ocupações estava ligada a tentativa de incriminar as lideranças do movimento na forma de “esbulho processado”, no processo de violação à propriedade alheia e também na questão do interdito proibitório da propriedade. Cabe ao movimento não fazer ocupação direta depois da formação do acampamento, mas de pensar como essas ações poderão ser feitas.

NALLÍGIA: Você tem idéia de quantas ocupações você já participou nesses anos de militância? Qual a área na qual que você mais atua?

VALMIR: Essa idéia de quantas ocupações participei é difícil de responder. É difícil saber porque foram muitas ocupações - não só aqui no estado de São Paulo, mas também nos estados vizinhos. Já contribuí no Paraná e em Mato Grosso - com o mesmo movimento, junto a militância -, e, por isso não tenho idéia de quantas ocupações já participei.

NALLÍGIA: E qual o episódio mais marcante que você vivenciou até hoje em relação à participação de ocupações?

VALMIR: Acho que foram essas duas que citei, na fazenda São Domingo, em Sandovalina – SP, e na fazenda Santa fé, no mesmo município. Elas ocorreram em períodos diferentes, uma em 1998 e a outra em 2002 - quatro anos depois de um período marcante da história da militância.

NALLÍGIA: Você acredita que a ocupação de terra é o meio mais eficaz de acesso à terra? Você acha que essa é a forma mais prática e objetiva pra conseguir o assentamento?

VALMIR: Sim, acredito que não exista outra forma de ter acesso à terra se não for pela ocupação, porque o que falta é a vontade política, e o que cobramos nas ocupações é justamente essa vontade política. Já sabemos que as terras são devolutas - e eles também -, mas infelizmente não há vontade política. Isso faz com que você tenha que fazer pressão, e a ocupação é uma forma de forçar os responsáveis a fazer a arrecadação de terras para o assentamento das famílias.

NALLÍGIA: Valmir, onde você está assentado?

VALMIR: No município de Sandovalina - SP. O assentamento de Sandovalina até hoje é uma polêmica. Lá era a área da antiga fazenda Guarani, e nós queríamos dar ao assentamento o nome Dom Tomas Balduino, mas a sugestão não foi aceita porque o nome do assentamento foi pensado na homenagem a um bispo que é vivo. Ainda hoje existe uma briga entre os assentados e os técnicos do ITESP na decisão sobre o nome do assentamento. Até nisso existe conflito.

NALLÍGIA: Nos dados do DATALUTA observamos que o número de ocupações nos últimos anos em São Paulo vem diminuindo até o ano de 2008 - que é o que eu estou analisando. Em sua opinião, qual o motivo dessa diminuição das ocupações no estado?

VALMIR: Um dos fatores que contribuíram na diminuição das ocupações de terra é o poder judiciário. Ele teve um papel fundamental e importante para os fazendeiros e grileiros, pois conseguiu barrar as ocupações. Isso sem contar o interdito proibitório que coloca as pessoas em prisões, principalmente aquelas que coordenam as ações do movimento - mesmo que essas pessoas não estejam no local e nem no dia da ocupação. Eu já fui vítima disso na região. Enquanto eu estava aqui, no campus na UNESP, acontecia uma ocupação na Fazenda São Luiz, em Presidente Bernardes. Neste momento, o juiz pediu a minha prisão imediata, porque ele sabia que mesmo estando aqui, na universidade, eu tinha o domínio sobre os fatos e poderia impedir a ocupação da fazenda. Isso também é um erro, porque essa é uma interpretação equivocada do judiciário. O movimento é composto por inúmeras pessoas, por muitas famílias. Não é uma pessoa que vai impedir essas ações, mas essa é

uma forma de colocar diligência, militância e famílias para pensar, porque quando as lideranças do movimento não são presas, eles prendem as famílias que estão lutando pela sobrevivência.

Então voltamos a pensar o problema da segurança, tanto contra a ofensiva da polícia e do judiciário quanto do fazendeiro. Creio que seja por causa disso que as atividades diminuíram na região, porque as ações, ao invés de se tornarem regionais, como eram no passado, agora se tornaram estaduais. Juntam-se todos os acampamentos do estado de São Paulo para ocupar uma propriedade, seja em uma região ou em outra, pois assim há mais força no poder de negociação.

NALLÍGIA: Alguns pesquisadores e principalmente a mídia afirmam que a bolsa família é um dos motivos que tem levado a diminuição das ocupações. Você acredita nessa afirmação ou você acha que isso não interfere em nada?

VALMIR: Acho que a bolsa família contribui para as famílias que estão na favela passando dificuldade, do mesmo jeito que contribui para a família que está no acampamento. A bolsa família busca a participação dos filhos, seja na escola ou em outros projetos de assistência pública. O problema hoje não está só no fato dele não ir à ocupação, mas na questão da ocupação de terra no Pontal, em São Paulo e no Brasil. A problemática refere-se à forma com que estamos fazendo estas análises e com o caráter das famílias que vão para os acampamentos. É um público mais urbano que tem receio de quebrar o seu vínculo com o meio urbano e ir para o rural, porque ele vai deixar toda aquela história que construiu na cidade, mesmo sabendo das dificuldades que existam na favela ou em outro lugar. Essa também é uma análise que estamos fazendo, inclusive nós da frente de massa. Não vejo que o problema seja a bolsa família, vejo isso como um problema conjuntural, de mudança do sistema e das pessoas. Precisamos nos adaptar a essa mudança.

NALLÍGIA: Qual é a sua avaliação no que diz respeito à criação de assentamentos no estado de São Paulo? Qual governo foi melhor ou pior, ou o que ajudou ou complicou na criação de assentamentos?

VALMIR: Esta análise é difícil, porque alguns governos que deslançaram a questão da reforma agrária, como o Covas em seu primeiro mandato, acabaram, logo depois, travando a questão da reforma agrária e levando o processo para o lado judicial. No segundo mandato – em que Covas ficou dois anos e depois veio a falecer -, ele criou muitos assentamentos aqui na região. Isso não quer dizer que ele foi um bom governador, mas que fez parte de um dos governos que mais criaram assentamentos. Na metade do segundo governo ele tinha o objetivo - talvez aqui na região - de parar o conflito naquele momento. Os governos seguintes (o Alckmin e agora o Serra, que é o atual governador), infelizmente, não tiveram o compromisso de resolver a questão agrária, pelo contrário, travaram cada vez mais. Áreas que estavam saindo (assentamentos) não saíram. Temos algumas áreas aqui na região que ainda estão em processo de desapropriação (já há 4 anos) e que até agora não receberam quase ninguém, porque o processo voltou para a justiça para a reparação de danos.

Um governador que tem um órgão como o ITESP, que tem mais de 700 funcionários para trabalhar apenas na questão agrária, mas que desempenha outras funções desvinculadas da questão agrária fazendo o simples levantamento cadastral na cidade, mostra que o órgão foi desmontado, começando pelo governo Serra. Ele diminuiu valores, tirou os carros e toda a infra-estrutura dos técnicos. E eles ainda continuam com a nova proposta de passar a assistência dos assentamentos - que é dever do estado - para a prefeitura.

NALLÍGIA: Em nossos registros no DATALUTA, desde 1988 até 2006, Pernambuco era o estado com maior número de ocupações no país. Agora, em 2008, mesmo com a diminuição das ocupações, como eu comentei anteriormente, São Paulo conseguiu passar Pernambuco entre os anos de 1988-2008, sendo o estado com o maior número de ocupações do país. Você acha que a tendência é São Paulo continuar com o maior número de ocupações,

devido ao Pontal do Paranapanema ser umas das regiões mais conflituosas do país? O que você acha que irá acontecer futuramente com o estado em relação à questão agrária?

VALMIR: Olha é difícil prever, porque o movimento, como já falamos, também faz análises das possibilidades – verifica aonde há possibilidade de terras a nível dos estados. Dependendo das pressões, fazemos negociações - que é o momento em que o movimento vai mais apertar. Acho que aqui em São Paulo os números não vão diminuir muito, e acho que nos outros estados vão aumentar. Essa é uma questão de pressão política, até porque este ano (2010) é um ano de eleição e, provavelmente, os movimentos que lutam pela terra não vão ficar quietos, vão fazer ocupações, pois querem uma postura daquele candidato ou candidata sobre a questão agrária. O embate agora é colocar em pauta a questão agrária, pois até o momento ele não se faz presente. No discurso político, a questão agrária não está em debate e, nesse sentido, o nosso papel não é só colocar essa questão em debate, mas colocá-la para toda a sociedade. Temos que discutir que tipo de assentamento e reforma agrária queremos, - mesmo que não seja feita uma “reforma agrária”, mas que haja uma distribuição de terras com qualidade, e não como vem ocorrendo, jogando as famílias em fazendas deixando-as por lá, sem a assistência técnica necessária. Tem também os problemas relacionados à questão ambiental dessas áreas - amanhã nós iremos conversar com o diretor do ITESP aqui em Presidente Prudente, porque é o seguinte: as terras que vêm para as mãos dos trabalhadores são terras muito degradadas do ponto de vista da questão ambiental e não possuem nenhum tipo de assistência técnica (calcário ou adubo com reparação). As famílias simplesmente são jogadas, situação na quais são feitas análises contrárias sobre a reforma agrária. É justamente isso que iremos debater aqui amanhã com o diretor do ITESP.

NALLÍGIA: Sendo que o INCRA e o ITESP têm todos os recursos financeiros e técnicos para promover isso para os assentados...

VALMIR: Sim, todos os recursos. Por exemplo, tem dinheiro que agora, no final de 2009, era para ter sido gasto com assistência técnica e com a compra de áreas no estado de São Paulo, mas que voltaram para os cofres públicos. Voltaram 31 milhões de reais que eram para ser investidos na reforma agrária. Nenhum real foi investido, o dinheiro voltou para o tesouro. Isso demonstra a falta de vontade política.

NALLÍGIA: A cada ano surgem novos movimentos dissidentes. Valmir, qual a sua opinião sobre a criação de novos movimentos? O que você acha que leva a criação de novos movimentos socioterritoriais?

VALMIR: Olha, se for um movimento que vai lutar pela dignidade das famílias, eu acho importante a criação, mas há um problema quando falamos dissidentes. Dissidente é quando vem de outro movimento, que foi desligado por algum motivo. Temos uma preocupação com isso, porque ultimamente nós estávamos vendo, por exemplo, na tese de doutorado do Carlos Feliciano, o tanto de movimentos que se dizem dissidentes do MST, mas muitos dos dirigentes desses movimentos, na verdade, nós nunca vimos dentro da organização, nunca participou - a não ser que fosse acampado. Então, quando o cara vai para o acampamento e fica lá por um tempo e não consegue ser uma liderança expressiva, ele, por conta própria, monta o seu movimento. Ficamos preocupados, porque tanto o poder judiciário quanto o estado gostam de não resolver o problema da questão agrária, mas de atuar como intermediador dessa situação, pois quando é liberada uma área de 35 lotes que cabe 35 famílias de assentados, isso é divulgado nos meios de comunicação. Então, se tem 25 movimentos, são estes 25 que vão disputar essa área de 35 lotes.

NALLÍGIA: Você acredita que acontecerá a reforma agrária no estado de São Paulo?

VALMIR: Eu não acredito. Cada dia que passa a possibilidade das famílias acampadas irem para a terra se torna mais difícil. O poder judiciário, que é o intermediário, poderia resolver esse impasse através de todos os estudos que as universidades realizam, principalmente aqui da UNESP, que desenvolve inúmeros estudos aprofundados sobre essa questão - principalmente no que diz respeito às terras públicas do Pontal -, mas ele não tem esse objetivo. Imagine a reforma agrária que poderia ser feita com as terras improdutivas que estão nas mãos de grandes empresas, como a CUTRALE, que é anexada a uma área de propriedade da união – a área foi declarada como propriedade da união desde 1998, sendo que a união exigiu 60 mil hectares para a criação assentamentos, mas até agora não recebeu nada. Isso mostra que cada vez mais essas áreas vão para as mãos de empresas, que é o que está acontecendo agora aqui na região do Pontal. Hoje, as terras concentram-se nas mãos das usinas, em bancadas com recursos públicos, seja do governo estadual ou do governo federal.

NALLÍGIA: Valmir, muito obrigada pela entrevista concedida.

Notas sobre a entrevista

A Fazenda Santa Rita, localizada no município de Mirante do Paranapanema e que Valmir cita na entrevista, foi à primeira ocupação da qual ele participou como militante do MST. Segundo os dados do DATALUTA, a área foi ocupada seis vezes pelo MST nos anos de 1996, 1997 e 2005, com a participação total de 5.050 famílias. Ainda em pesquisa no acervo do DATALUTA Jornal, em reportagem da “Folha de São Paulo” do dia 22 de janeiro de 1996, foi registrado o conflito na fazenda. Em entrevista concedida por Deolinda Alves de Souza, esposa de José Rainha Júnior, coordenador do MST na época, Deolinda afirmou que nesta ocupação participaram mais de 2.100 pessoas. O jornal ainda informou que a fazenda abrangia uma área de 2.350 hectares e que pertencia a Marcelo Dente Negrão.

O assentamento que Valmir reside atualmente é chamado pelo ITESP e pelo INCRA de Assentamento PE Guarany, porém como já foi citado na entrevista, ocorre uma divergência em relação ao nome do assentamento, já que os assentados o chamam de Assentamento Dom Tomás Balduino. Este assentamento, segundo dados do DATALUTA, tem capacidade para 68 famílias e soma um total de 1.335 hectares. Criado e obtido em 2001, a fazenda foi ocupada duas vezes pelo MST e contou com a participação de 550 famílias.

Veja abaixo a reportagem completa:

Sexta-feira, 25 de junho de 1999

REGIONAL

OESTE NOTÍCIAS 1.7

Seguranças impedem invasão de sem-terra em Sandovalina

Sandovalina (AÉ) – Cerca de 100 famílias ligadas ao Movimento dos Sem-Terra (MST) do Pontal do Paranapanema foram expulsas à bala ontem da fazenda Guarani, em Sandovalina, por oito seguranças, em ação destinada a repelir a invasão da propriedade. Os sem-terra, que já haviam entrado na fazenda, destruindo cercas e colocando fogo nas pastagens, tiveram de sair correndo, retornando para o acampamento montado ao lado, dentro da Fecularia Larreira, empresa arrendada pelo MST.

A denúncia da ação armada foi feita pelo coordenador do MST no Pontal, Cleudson Mendes que acusa o proprietário da fazenda Guarani, Tideo Sandoval, de usar duas camionetas para transportar os seguranças. Segundo Mendes, dezenas de disparos foram feitos, mas ninguém ficou ferido.

Apesar de legalmente pertencer a Tideo Sandoval, a área invadida, com 100 alqueires, foi recentemente adquirida pelo pecuarista Juventino Alexandrino Dias. Na delegacia de Po-

balham para proteger a área remanescente da fazenda, ainda pertencente a Sandoval, que não foi localizado ontem para falar à respeito. Em sua casa a informação era de que ele estava na fazenda onde não há meios de comunicação telefônica.

Devoluta – De acordo com Cleudson Mendes a fazenda Guarani figura na relação de propriedades consideradas devolutas no Pontal do Paranapanema e até recentemente sua aquisição pacífica estava sendo negociada pelo Instituto de Terras do Estado de São Paulo -Itesp.

O órgão já teria liberado parte dos Títulos da Dívida Agrária (TDAs) para pagar pelas benfeitorias existentes. Mendes não sabe os motivos mas garante que o fazendeiro desistiu da negociação e montou forte esquema de segurança armada para proteger a propriedade. Segundo aquele dirigente, um grupo de sem-terra que está acampado em área pertencente a Fecularia Larreira, empresa arrendada pelo MST para a in-